

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	14
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	38
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	39
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	40
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	41
--	----

Motivos de Reapresentação	42
---------------------------	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	58.426.322
Preferenciais	0
Total	58.426.322
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	647.148	655.860
1.01	Ativo Circulante	244.114	247.957
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	209.671	192.684
1.01.01.01	Caixas e bancos	1.136	1.590
1.01.01.02	Aplicações financeiras	208.535	191.094
1.01.03	Contas a Receber	24.267	25.443
1.01.03.01	Clientes	23.770	24.585
1.01.03.01.01	Créditos diversos	11.951	14.135
1.01.03.01.02	Créditos com pessoas ligadas	11.814	10.445
1.01.03.01.03	Contas a receber partes relacionadas	5	5
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	497	858
1.01.07	Despesas Antecipadas	743	1.146
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	9.433	28.684
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	9.433	28.684
1.01.08.01.01	Aplicações financeiras vinculadas	9.433	28.684
1.02	Ativo Não Circulante	403.034	407.903
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	57.113	56.468
1.02.01.06	Tributos Diferidos	11.913	11.268
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	11.913	11.268
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	45.000	45.000
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	45.000	45.000
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	200	200
1.02.01.09.03	Depósitos judiciais	148	148
1.02.01.09.04	Aplicações financeiras vinculadas	52	52
1.02.03	Imobilizado	1.469	1.517
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.469	1.517
1.02.04	Intangível	344.452	349.918
1.02.04.01	Intangíveis	344.452	349.918
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	320.585	326.061
1.02.04.01.02	Intangível em andamento	3.182	2.924
1.02.04.01.03	Outros intangíveis	20.685	20.933

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	647.148	655.860
2.01	Passivo Circulante	119.523	127.335
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.464	1.866
2.01.01.01	Obrigações Sociais	1.464	1.866
2.01.02	Fornecedores	3.292	3.469
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	3.292	3.469
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais	2.419	2.669
2.01.02.01.02	Cauções contratuais	873	800
2.01.03	Obrigações Fiscais	6.856	8.440
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	5.745	7.354
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	4.783	6.361
2.01.03.01.02	Outras obrigações	962	993
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.111	1.086
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	73.237	80.424
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	4.724	4.505
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	4.724	4.505
2.01.04.02	Debêntures	68.513	75.919
2.01.05	Outras Obrigações	22.284	22.295
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	795	415
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	68	92
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	727	323
2.01.05.02	Outros	21.489	21.880
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	11.053	11.053
2.01.05.02.04	Credores pela concessão	9.892	9.630
2.01.05.02.05	Contas a pagar	544	1.197
2.01.06	Provisões	12.390	10.841
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	285	259
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	51	10
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	234	249
2.01.06.02	Outras Provisões	12.105	10.582
2.01.06.02.04	Provisão para manutenção em rodovias	12.105	10.582
2.02	Passivo Não Circulante	413.531	425.641
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	335.996	350.826
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	8.176	9.286
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	8.176	9.286
2.02.01.02	Debêntures	327.820	341.540
2.02.02	Outras Obrigações	51.386	51.809
2.02.02.02	Outros	51.386	51.809
2.02.02.02.03	Credores pela concessão	49.153	49.645
2.02.02.02.04	Outras obrigações	6	7
2.02.02.02.05	IR e CS diferidos	2.227	2.157
2.02.04	Provisões	26.149	23.006
2.02.04.02	Outras Provisões	26.149	23.006
2.02.04.02.04	Provisão para manutenção em rodovias	26.149	23.006
2.03	Patrimônio Líquido	114.094	102.884
2.03.01	Capital Social Realizado	61.878	61.878

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2.03.04	Reservas de Lucros	52.216	41.006
2.03.04.01	Reserva Legal	12.376	12.376
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	39.840	28.630

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	62.470	63.777
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-33.886	-34.173
3.02.01	Deduções da receita bruta	-5.218	-4.740
3.02.02	Custo dos bens e/ou serviços vendidos	-28.668	-29.433
3.03	Resultado Bruto	28.584	29.604
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-2.264	-2.059
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-2.264	-2.059
3.04.02.01	Despesas administrativas	-2.110	-1.922
3.04.02.02	Remuneração da administração	-154	-137
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	26.320	27.545
3.06	Resultado Financeiro	-9.574	-7.542
3.06.01	Receitas Financeiras	7.512	2.055
3.06.02	Despesas Financeiras	-17.086	-9.597
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	16.746	20.003
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-5.536	-6.319
3.08.01	Corrente	-6.111	-6.050
3.08.02	Diferido	575	-269
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	11.210	13.684
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	11.210	13.684
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,19187	0,25218
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,19187	0,25218

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	39.851	29.390
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	26.676	16.377
6.01.01.01	Depreciação e amortização	8.035	6.678
6.01.01.03	IR e CS diferidos	-575	268
6.01.01.04	Desp de juros, liquida de receitas	14.527	7.309
6.01.01.05	Resultado financeiro com AVP	161	-107
6.01.01.06	Const. (rever.) de provisão para riscos fiscais, civis e trabalhistas	26	0
6.01.01.07	Provisão para manutenção em rodovias	4.505	2.223
6.01.01.08	Outros	-3	6
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	1.965	-671
6.01.02.01	Contas a receber	2.184	898
6.01.02.02	Despesas antecipadas	403	-30
6.01.02.03	Impostos a recuperar	364	0
6.01.02.04	Fornecedores	270	-483
6.01.02.05	Fornecedores - Sociedades ligadas	971	98
6.01.02.06	Obrigações sociais	-402	277
6.01.02.07	Obrigações fiscais	5.977	5.661
6.01.02.08	Cauções contratuais	73	265
6.01.02.09	Outras contas a pagar	-653	-659
6.01.02.10	Outros créditos	363	-604
6.01.02.11	Credores pela concessão	-24	0
6.01.02.12	Imposto de renda e contribuição social pagos	-7.561	-6.094
6.01.03	Outros	11.210	13.684
6.01.03.01	Lucro líquido	11.210	13.684
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	16.230	-7.582
6.02.02	Aquisições de ativo imobilizado	-63	-179
6.02.04	Adições ao intangível	-3.569	-7.403
6.02.07	Aplicações financeiras vinculadas	-15.566	0
6.02.08	Resgate de aplicação financeira	35.428	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-39.094	-3.821
6.03.03	Pagamentos	-1.206	-171
6.03.05	Pagamento de credores pela concessão	-2.231	-2.142
6.03.07	Pagamento de juros sobre o capital próprio	0	-1.508
6.03.09	Debêntures	-35.657	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	16.987	17.987
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	192.684	43.621
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	209.671	61.608

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	61.878	0	41.006	0	0	102.884
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	61.878	0	41.006	0	0	102.884
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	11.210	0	11.210
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	11.210	0	11.210
5.07	Saldos Finais	61.878	0	41.006	11.210	0	114.094

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	57.578	0	28.779	0	0	86.357
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	57.578	0	28.779	0	0	86.357
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	12.177	-13.684	0	-1.507
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-1.507	0	-1.507
5.04.09	Dividendo adicional proposto	0	0	12.177	-12.177	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	13.684	0	13.684
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	13.684	0	13.684
5.07	Saldos Finais	57.578	0	40.956	0	0	98.534

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
7.01	Receitas	62.470	63.777
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	59.521	54.024
7.01.02	Outras Receitas	527	520
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	2.422	9.233
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-21.141	-23.881
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-5.218	-4.058
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.492	-1.364
7.02.04	Outros	-14.431	-18.459
7.02.04.01	Custo da concessão	-3.825	-4.342
7.02.04.02	Custos dos serviços de construção	-2.422	-9.233
7.02.04.03	Custos de provisão de manutenção em rodovias	-7.647	-4.399
7.02.04.04	Outros	-537	-485
7.03	Valor Adicionado Bruto	41.329	39.896
7.04	Retenções	-8.035	-6.678
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-8.035	-6.678
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	33.294	33.218
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	7.512	2.055
7.06.02	Receitas Financeiras	7.512	2.055
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	40.806	35.273
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	40.806	35.273
7.08.01	Pessoal	2.812	2.361
7.08.01.01	Remuneração Direta	2.025	1.778
7.08.01.02	Benefícios	599	447
7.08.01.03	F.G.T.S.	188	136
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	11.399	11.583
7.08.02.01	Federais	8.303	8.784
7.08.02.02	Estaduais	99	77
7.08.02.03	Municipais	2.997	2.722
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	15.385	7.644
7.08.03.01	Juros	15.059	6.979
7.08.03.02	Aluguéis	326	292
7.08.03.03	Outras	0	373
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	11.210	13.685
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	0	1.508
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	11.210	12.177

Comentário do Desempenho



Itirapina, 10 de maio de 2011 – A Centrovias Sistemas Rodoviários S/A, empresa do Grupo OHL, comenta seu resultado relativo ao primeiro trimestre de 2011 (1T11), período encerrado em 31 de março de 2011. As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado em contrário, são apresentadas em Reais, estão de acordo com a Legislação Societária e com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e IFRS. Os valores e informações não constantes no balanço patrimonial, demonstrações do resultado e notas explicativas inseridas nas informações trimestrais não foram revisados pelos auditores independentes.

COMENTÁRIO DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO

Tráfego Pedagiado (Veículos Equivalentes)

- O volume do tráfego pedagiado foi de 11.065 mil veículos equivalentes no 1T11, em comparação ao 1T10 que foi de 5.903 mil veículos equivalentes, apresentando respectivamente um crescimento de 87,4%. Este crescimento foi influenciado pela cobrança bidirecional nas praças de pedágio de Itirapina, Rio Claro, Brotas e Dois Córregos ocorrida no segundo semestre de 2010.

Receita Operacional Bruta

- No 1T11 a Centrovias obteve uma receita de pedágio de R\$ 59 milhões contra R\$ 54 milhões no 1T10, apresentando um crescimento de 10,2%. Essa evolução justifica-se principalmente pelo crescimento do tráfego e pelo reajuste contratual das tarifas de pedágio (+4,18%) em 01/07/2010. Podemos observar também uma queda de 73,8% na rubrica receitas de obras comparando o 1T11 ante ao 1T10, cujo valor tem custos em igual montante na rubrica “custo dos serviços de construção”, tal queda deve-se pelo fato de que no 1T10 a Companhia estava em fase de duplicação das praças de pedágio de Brotas, Dois Córregos, Rio Claro e Itirapina para início de cobrança bidirecional.
- Tivemos um total de receita líquida de R\$ 57 milhões no 1T11, podemos observar uma queda de 3% ante 1T10 devido à contabilização da receita de obras no 1T10 em função da duplicação das praças de pedágio.

Custos e Despesas

- No 1T11, os custos e despesas operacionais totais (excluído deprec. e amort.) somaram R\$ 23,4 milhões, apresentando uma queda de 5,9% ante ao 1T10. Desconsiderando a rubrica “custos dos serv.construção”, que possui efeito nulo no resultado em atendimento as normas contábeis conforme ICPC01, podemos observar um aumento de 17,3% do 1T11 ante ao 1T10, esse aumento se deve principalmente à contratação de pessoal para as praças de pedágio em que ocorreu a cobrança bidirecional.

EBITDA e EBITDA Ajustado

Comentário do Desempenho



- O EBITDA Ajustado do trimestre foi de R\$ 41,5 milhões, apresentando um crescimento de 8,0% ante ao 1T10. Tal crescimento foi impactado pelo aumento da provisão para manutenção de rodovias. Vale mencionar que sem os efeitos da provisão para a manutenção em rodovias, em atendimento as novas normas contábeis conforme ICPC 01, o Ebitda apresenta redução de 1% impactada pelo aumento nos custos e despesas administrativas provenientes essencialmente do aumento na contratação de serviços tais como limpeza e pessoal nas praças em que ocorreu a cobrança bidirecional.

Resultado Financeiro

- O resultado financeiro líquido apresentou uma despesa de R\$ 9,6 milhões no 1T11, sendo 27% acima da despesa de R\$ 7,5 milhões registrados no 1T10. Este aumento refere-se basicamente aos encargos financeiros decorrentes da emissão das debêntures ocorrida no 2T10. Já comparando com o 4T10 que apresentou uma despesa de R\$ 9,4 milhões o aumento foi de apenas 1,7%, reflexo da variação do CDI – índice de correção do principal contrato de financiamento.

Lucro Líquido

- A Companhia obteve um lucro líquido de R\$ 11,2 milhões, representando uma queda de 18,1% ante ao 1T10, devido, basicamente, à redução da receita operacional líquida que foi impactada pela diminuição na provisão de receita de obras e aumento das despesas financeiras.

Endividamento

- A Centrovias encerrou o primeiro trimestre de 2011 com um endividamento de R\$ 409,2 milhões contra R\$ 273,8 milhões do trimestre anterior. O aumento de R\$ 135,4 milhões deve-se principalmente pela atualização dos financiamentos bancários e pela emissão das debêntures ocorrida no 2T10.

Investimentos

- Foram investidos R\$ 6,4 milhões na concessionária em cumprimento ao cronograma de investimentos do contrato de concessão, dentre os principais investimentos destacamos as obras de revitalização de instalações, recuperação de estruturas metálicas, obras de recuperação de pavimento, sinalização/dispositivos de segurança e proteção nas rodovias SP-225 e SP-310.
- Conforme adoção do ICPC01 os investimentos em recuperação de pavimentos, sinalizações e demais intervenções consideradas como “Conservação Especial” foram transferidas do Intangível para custos com manutenção. Estes serviços somaram R\$ 2,8 milhões no 1T11.

Comentário do Desempenho



ANEXO 1 – TABELA DRE

Veículos Equivalentes	1T11	4T10	1T10	Var% 1T11/4T10	Var% 1T11/1T10
Centrovias Sistemas Rodoviários S.A.	11.064.688	9.740.527	5.903.316	13,6%	87,4%

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS					
(em R\$ Mil)					
	1T11	4T10	1T10	Var% 1T11/4T10	Var% 1T11/1T10
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	62.470	70.418	63.777	-11,3%	-2,0%
Receitas de pedágio	59.521	63.775	54.024	-6,7%	10,2%
Receitas de obras	2.422	6.097	9.233	-60,3%	-73,8%
Receitas acessórias	527	546	520	-3,5%	1,3%
DEDUÇÕES DA RECEITA	(5.218)	(5.587)	(4.740)	-6,6%	10,1%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	57.252	64.831	59.037	-11,7%	-3,0%
CUSTOS E DESPESAS	(23.361)	(27.620)	(24.814)	-15,4%	-5,9%
Custos dos serv. prestados (excl. amortização e depreciação)	(11.192)	(9.501)	(9.417)	17,8%	18,8%
Custo dos serv. de construção	(2.422)	(6.097)	(9.233)	-60,3%	-73,8%
Despesas administrativas (excl. amortização e depreciação)	(1.946)	(2.514)	(1.778)	-22,6%	9,5%
Remuneração da administração	(154)	(192)	(137)	-20,0%	12,1%
Despesas tributárias	-	-	-	-	-
Provisão para manutenção em rodovias	(7.647)	(9.316)	(4.249)	-17,9%	80,0%
Outras receitas operacionais, líquidas	-	-	-	-	-
EBITDA	33.891	37.211	34.223	-8,9%	-1,0%
Margem EBITDA	59,2%	57,4%	58,0%		
DEPRECIações E AMORTIZAÇÕES	(7.571)	(8.315)	(6.678)	-8,9%	13,4%
Depreciação de imobilizado	(164)	(111)	(110)	47,7%	49,1%
Amortização do intangível	(7.407)	(8.204)	(6.568)	-9,7%	12,8%
Amortização do diferido	-	-	-	-	-
RESULTADO FINANCEIRO	(9.574)	(9.415)	(7.542)	1,7%	26,9%
Receitas financeiras	7.512	6.870	2.055	9,3%	265,5%
Despesas financeiras	(17.086)	(16.285)	(9.597)	4,9%	78,0%
LUCRO ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS	16.746	19.481	20.003	-14,0%	-16,3%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(5.536)	(6.708)	(6.319)	-17,5%	-12,4%
Corrente	(6.111)	(7.644)	(6.050)	-20,1%	1,0%
Diferido	575	936	(269)	-38,6%	-313,8%
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	11.210	12.773	13.684	-12,2%	-18,1%

EBITDA AJUSTADO					
(em R\$ Mil)					
	1T11	4T10	1T10	Var% 1T11/4T10	Var% 1T11/1T10
EBITDA¹	33.891	37.211	34.223	-8,9%	-1,0%
(+) Provisão para manutenção de rodovias	7.647	9.316	4.249	-17,9%	80,0%
EBITDA Ajustado²	41.538	46.527	38.472	-10,7%	8,0%

1) EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

2) Considera ajuste referente à provisão p/ manutenção de rodovias, de acordo com pronunciamento contábil ICPC 01.

Comentário do Desempenho



A Centrovias Sistemas Rodoviários S/A é uma empresa controlada pela OHL Brasil S.A., sociedade de capital aberto listada no Novo Mercado. Para maiores informações sobre o Grupo, consultar os *websites* www.ohlbrasil.com.br e www.cvm.gov.br (neste acessar, em “acesso rápido”, o item “ITR, DFP, IAN, FC. FR e outras informações”).

Notas Explicativas

CENTROVIAS SISTEMAS RODOVIÁRIOS S/A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS – ITR PARA O TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2011.

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Centrovias Sistemas Rodoviários S.A. (“Sociedade”) é uma sociedade anônima domiciliada no município de Itirapina, estado de São Paulo, Brasil situada na Rodovia Washington Luís, KM 216,8 Pista Sul, constituída em 27 de maio de 1998. Sua controladora e “holding” é a Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. (“OHL”). A Sociedade iniciou suas operações em 9 de junho de 1998, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o Departamento de Estradas e Rodagem - DER, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 42.411 de 30 de outubro de 1997 e tem por objetivo exclusivo realizar sob o regime de concessão pelo prazo de 20 anos, a exploração do sistema rodoviário de ligação entre os municípios de Cordeirópolis a São Carlos e Itirapina a Bauru, compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, incluindo serviços operacionais, de conservação e de ampliação do sistema, serviços complementares e não delegados, além de atos necessários ao cumprimento do objeto, nos termos do contrato de concessão celebrado com o Departamento de Estradas e Rodagem de São Paulo - DER/SP. nº 16/CIC/97.

2. CONCESSÕES

O Contrato de Concessão e exploração das Rodovias é constituído pelos sistemas rodoviários mencionados na nota explicativa nº 1. Em decorrência desse contrato de concessão, a Sociedade reconheceu o direito de uso e exploração, registrados no ativo intangível como direito da outorga e, como contrapartida, o passivo na rubrica de credores pela concessão, conforme mencionado nas notas explicativas nº 9 e nº 15 respectivamente.

Através do Termo Aditivo e Modificativo nº 11/06, de 21 de dezembro de 2006, foi autorizado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - Artesp, o reequilíbrio da adequação econômico-financeira do contrato de concessão. Esse reequilíbrio foi concedido através da prorrogação do prazo de concessão por mais 12 meses sem alteração do valor do ônus fixo. Dessa maneira, o período de exploração da concessão passou a ser até 19 de junho de 2019.

A Sociedade assumiu os seguintes principais compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão, os quais já se encontram totalmente cumpridos:

Obras

SP 225 - Rodovias Engenheiro Paulo Nilo Romano e Comandante João Ribeiro de Barros

- Implantação da 2ª pista no trecho compreendido entre os km 91 + 429 e 177 + 400;
- Implantação da 2ª pista no trecho compreendido entre os km 183 + 850 e 235 + 040.

A Sociedade estima, na data de 31 de março de 2011, os montantes de R\$ 38.669 referentes a investimentos para melhorias na infraestrutura e de R\$ 189.654 referentes a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão.

Notas Explicativas

Estes valores poderão ser alterados em razão de adequações e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão.

Referidas estimativas de investimentos foram classificadas mediante laudo contratado junto a peritos independentes e foram segregadas levando-se em consideração o que segue:

- (i) Investimentos que geram potencial de receita adicional – Serão registrados somente quando da prestação de serviço de construção, relacionados diretamente com a ampliação/melhoria da infraestrutura.
- (ii) Investimentos que não geram potencial de receita adicional – Foram registrados considerando a totalidade do contrato de concessão e estão apresentados a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº16.2.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário transferidos à concessionária ou por ela implantados no âmbito das concessões. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operação, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. A Sociedade terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos 5 anos do prazo da concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão.

Conforme estabelecido no contrato de concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas no mês de julho com base na variação do IGP-M ocorrida até 31 de maio.

3. BASE PARA PREPARAÇÃO

3.1. Declaração de conformidade

Elaboramos as informações contábeis intermediárias individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

3.2. Base de mensuração

As informações trimestrais foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

3.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As informações trimestrais são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

3.4. Uso de estimativa e julgamento

A preparação das informações trimestrais de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de

Notas Explicativas

políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material nos próximos períodos estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizados na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazo, determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas através de estudos econômicos de projeção de tráfego, determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, perdas relacionadas a contas a receber e a elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos, as quais, apesar de refletirem o melhor julgamento por parte da Administração da Sociedade, relacionadas à probabilidade da ocorrência de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos e estimativas críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas informações trimestrais estão descritas abaixo:

Contabilização de contratos de concessão:

Na contabilização dos contratos de concessão conforme determinado pelo ICPC-01 a Sociedade efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos contratos de concessão.

Momento de reconhecimento do ativo intangível:

A Administração da Sociedade avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do contrato de concessão, segregando principalmente os investimentos em dois grupos: (a) investimentos que geram potencial de receita adicional; e (b) investimentos que não geram potencial de receita adicional, conforme descrito na nota 2.

Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos contratos de concessão:

A Sociedade limita o reconhecimento do efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão ao prazo das respectivas concessões. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico gerado, que normalmente se dá em função da curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada através de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos de cada contrato de concessão.

Notas Explicativas

Determinação das receitas de construção:

Quando a concessionária contrata serviços de construção, ela deve reconhecer a receita de construção realizada pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado. A Administração da Sociedade avalia questões relacionadas: à responsabilidade primária pela contratação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, aos custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra pelas empresas do grupo que efetuam os serviços de construção. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

Provisão para manutenção referente a contratos de concessão:

A provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida aos custos dos serviços do período para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível especificado de operacionalidade. O passivo a valor presente deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas pela Sociedade na elaboração das informações trimestrais são:

4.1. Instrumentos financeiros ativos

Caixa e equivalentes de caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo e de liquidez imediata em montante conhecido de caixa sujeito a um insignificante risco de mudança de valor.

Contas a receber

Apresentadas pelo valor de realização nas datas dos balanços, registradas com base nos valores nominais e não ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não resultarem em efeito relevante nas demonstrações financeiras. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída, se necessário, com base em estimativas de perda.

4.2. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e/ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável, para os casos de ativos qualificáveis. As depreciações são calculadas pelo método linear de acordo com as taxas demonstradas na nota explicativa nº 8, limitadas, quando aplicável, ao prazo da concessão.

Notas Explicativas

4.3. Intangível

Como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias relacionadas ao contrato de concessão de serviços a Sociedade recebeu o direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, mensurado pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, o qual inclui os encargos de empréstimos capitalizados, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

4.4. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada exercício a Sociedade revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda de seu valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado para mensurar a perda, se houver. Por se tratar de uma única concessão, a Sociedade não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, mas calcula o montante recuperável dos ativos da concessão como um todo com base em seu valor em uso.

Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) estimado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

4.5. Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido, quando aplicável.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos que financiarão um ativo qualificável são deduzidos dos encargos com empréstimos qualificados para capitalização.

Todos os outros encargos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período, quando incorridos.

4.6. Instrumentos financeiros passivos

Classificação como dívida ou patrimônio

Notas Explicativas

Instrumentos de dívida ou instrumentos patrimoniais são classificados de uma forma ou outra de acordo com a substância dos termos contratuais.

Empréstimos, financiamentos, fornecedores e partes relacionadas

Demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária. Quando aplicável, estes são demonstrados pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

Credores pela concessão

Correspondem às parcelas fixas a serem pagas ao Poder Concedente, ajustadas a valor presente à razão de 5% ao ano, conforme a nota explicativa nº15.

A Sociedade ajusta a valor presente o saldo da rubrica “Credores pela concessão” registrado nos passivos circulante e não circulante com base nas taxas médias de encargos financeiros da época em que as transações se originaram.

A constituição do ajuste a valor presente teve como contrapartida a rubrica “Intangível”, em que está registrado o direito de outorga da concessão. A reversão do ajuste a valor presente tem como contrapartida a rubrica “Despesas financeiras”, pelo transcorrer do prazo.

4.7. Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferido

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apurados dentro dos critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente.

Impostos Correntes:

A provisão para imposto sobre a renda e para a contribuição social é a base tributável do trimestre. A base tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros trimestres, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

Impostos Diferidos:

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são registrados com base no saldo de prejuízo fiscal, base de cálculo negativa da contribuição social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis, quando aplicáveis, considerando as alíquotas de 25% para o imposto de renda e de 9% para contribuição social.

No imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos estão incluídos os efeitos dos ajustes a valor presente do direito de concessão e os referentes às mudanças de práticas contábeis conforme nota explicativa nº 7.

4.8. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

As provisões para riscos de perda provável em ações judiciais são reconhecidas quando a Sociedade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos

Notas Explicativas

passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança.

Essas provisões são atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Sociedade. Os fundamentos e a natureza das provisões de riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 16.

4.9. Reconhecimento de receita

Contratos de construção qualificados e classificados como serviços de construção:

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada. A receita de operações ou serviços é reconhecida no período no qual os serviços são prestados. Quando a Sociedade presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues.

Receita oriunda das cobranças de pedágios ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão:

A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita de operações ou serviços é reconhecida no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objetos das concessões.

4.10. Receitas e despesas financeiras

Substancialmente representadas por juros, variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, de depósitos judiciais, de empréstimos e financiamentos e de ajustes a valor presente.

4.11. Ativos e Passivos objeto de Ajuste a Valor Presente

Para determinados ativos e passivos que fazem parte das operações da Sociedade, a Administração avalia e reconhece os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associados. Em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010, os itens sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento são como segue:

- Provisão para manutenção: decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis pré-estabelecidos de utilização. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada em base ao método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima que haja a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, descontado à taxa de 5% a.a. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros efetiva livre de risco, uma vez que os fluxos das obrigações considerados pela Sociedade estão por seus valores nominais e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa.

Notas Explicativas

- Credores da Concessão: decorrentes das obrigações incorridas pela Sociedade relacionadas ao direito de outorga. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada em base ao método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima que haja a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, descontado à taxa de 5% a.a. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros efetiva livre de risco, uma vez que os fluxos das obrigações considerados pela Sociedade estão por seus valores nominais e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa.

Os saldos nominais e a valor presente na data dos balanços estão demonstrados abaixo:

	<u>31/03/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
<u>Circulante</u>		
Provisão para manutenção – nominal	12.730	10.865
Provisão para manutenção a valor presente	<u>12.105</u>	<u>10.582</u>
Efeito ajuste a valor presente	<u>(625)</u>	<u>(283)</u>
Direito de outorga – nominal	10.143	9.854
Direito de outorga a valor presente	<u>9.892</u>	<u>9.630</u>
Efeito ajuste a valor presente	<u>(251)</u>	<u>(224)</u>
 <u>Não circulante</u>		
Provisão para manutenção – nominal	30.375	26.629
Provisão para manutenção a valor presente	<u>26.149</u>	<u>23.006</u>
Efeito ajuste a valor presente	<u>(4.226)</u>	<u>(3.623)</u>
Direito de outorga – nominal	59.885	60.835
Direito de outorga a valor presente	<u>49.153</u>	<u>49.645</u>
Efeito ajuste a valor presente	<u>(10.732)</u>	<u>(11.190)</u>

A recomposição dos saldos aos seus valores nominais pela passagem do tempo é reconhecida como despesa financeira na demonstração do resultado do exercício.

4.12. Dividendos e juros sobre capital próprio

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica “Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar” por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Sociedade, conforme divulgado na nota explicativa nº 17.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Estão representados por:

	<u>31/03/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Caixa e bancos	1.136	1.590
Aplicações financeiras (*)	<u>208.535</u>	<u>191.094</u>
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>209.671</u>	<u>192.684</u>

Notas Explicativas

(*) Representadas por aplicações em com liquidez imediata em Certificados de Depósito Bancário - CDB, com insignificante risco de mudança de valor e vencimento inferior a 90 dias da data da aquisição, cuja composição é demonstrada a seguir:

	<u>31/03/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Certificados de depósito bancário	2.872	2.810
Cotas de fundos de investimentos	<u>205.663</u>	<u>188.284</u>
	<u>208.535</u>	<u>191.094</u>

6. CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	<u>31/03/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Pedágio eletrônico	11.007	12.764
Cupons de pedágio	121	95
Cartões de pedágio	169	104
Arrecadação de cartão de crédito	<u>654</u>	<u>1.172</u>
Total	<u>11.951</u>	<u>14.135</u>

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com estes recebíveis nas datas dos balanços.

O prazo médio de vencimento das contas a receber é de trinta dias.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Estão representados por:

	<u>31/03/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Diferenças temporárias:		
Bases do ativo diferido:		
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	285	259
Direito de concessão incorporado (a)	1.320	2.310
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis:		
Diferenças de intangível e imobilizado, líquidas	(4.822)	(3.016)
Provisão para manutenção de rodovias	<u>38.254</u>	<u>33.588</u>
Base de cálculo	35.037	33.141
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Total do ativo não circulante	<u>11.913</u>	<u>11.268</u>
Bases do passivo diferido:		
Ajuste ao valor presente do registro da outorga	3.305	3.463
Amortização do direito de concessão incorporada	<u>3.245</u>	<u>2.880</u>
Base de cálculo	6.550	6.343
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Total do passivo não circulante	<u>2.227</u>	<u>2.157</u>

(a) Refere-se a crédito do imposto de renda e de contribuição social decorrente da amortização, do direito de concessão incorporado, registrada até a data base da cisão da controladora OHL do Brasil Participações em Infraestrutura Ltda., ocorrida em junho de 2006 e, até então, controlado na “parte B” do livro de apuração do lucro real - LALUR da controladora. Com a

Notas Explicativas

incorporação da participação da controladora, a Sociedade registrou este crédito que, atendendo a legislação fiscal, é amortizado à razão de 20% ao ano.

As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade e suas projeções de resultados constituem-se em estimativas de sua Administração. Portanto, são dependentes de variáveis de mercado e estão sujeitas a mudanças.

A expectativa de realização da totalidade dos créditos e débitos tributários diferidos, indicada pelas projeções de resultado tributável é como segue:

<u>Exercício a findar em</u>	Ativo	Passivo
2011	1.809	247
2012	1.263	247
2013	1.263	247
2014	1.263	247
Acima de 2015	<u>6.315</u>	<u>1.237</u>
	<u>11.913</u>	<u>2.225</u>

8. IMOBILIZADO

A movimentação do imobilizado é como segue:

	<u>Móveis e Utensílios</u>	<u>Equipamentos de Informática</u>	<u>Veículos</u>	<u>Total</u>
<u>Custo do imobilizado bruto</u>				
Saldo em 31/12/2010	906	2.309	102	3.317
Adições	<u>7</u>	<u>56</u>	<u>-</u>	<u>63</u>
Saldo em 31/03/2011	<u>913</u>	<u>2.365</u>	<u>102</u>	<u>3.380</u>
<u>Depreciação acumulada</u>				
Saldo em 31/12/2010	(418)	(1.327)	(55)	(1.800)
Depreciação/amortização	<u>(17)</u>	<u>(89)</u>	<u>(5)</u>	<u>(111)</u>
Saldo em 31/03/2011	<u>(435)</u>	<u>(1.416)</u>	<u>(60)</u>	<u>(1.911)</u>
<u>Imobilizado Líquido</u>				
Saldo em 31/12/2010	488	982	47	1.517
Saldo em 31/03/2011	478	949	42	1.469
Taxas de depreciação	10%	20%	20%	

9. INTANGÍVEL

A movimentação do intangível é como segue:

Notas Explicativas

	Intangível em Rodovia – Obras e Serviços (a)	Direito de Outorga da Concessão (b)	Direito de Outorga da Incorporação (c)	Softwares	Intangível em Andamento	Total
<u>Custo do intangível bruto</u>						
Saldo em 31/12/2010	568.384	40.280	9.474	1.339	2.924	622.401
Adições	1.951	-	-	249	258	2.458
Transferências	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1)</u>	<u>-</u>
Saldo em 31/03/2011	<u>570.336</u>	<u>40.280</u>	<u>9.474</u>	<u>1.588</u>	<u>3.181</u>	<u>624.859</u>
<u>Amortização acumulada</u>						
Saldo em 31/12/2010	(242.323)	(24.199)	(5.545)	(416)	-	(272.483)
Amortização	<u>(7.428)</u>	<u>(385)</u>	<u>(93)</u>	<u>(18)</u>	<u>-</u>	<u>(7.924)</u>
Saldo em 31/03/2011	<u>(249.751)</u>	<u>(24.584)</u>	<u>(5.638)</u>	<u>(434)</u>	<u>=</u>	<u>(280.407)</u>
<u>Intangível Líquido</u>						
Saldo em 31/12/2010	326.061	16.081	3.929	923	2.924	349.918
Saldo em 31/03/2011	320.585	15.696	3.836	1.154	3.181	344.452

- (a) Refere-se a obras e serviços realizados na rodovia, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras-de-arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros.
- (b) Refere-se ao valor assumido para exploração do sistema rodoviário e ajustado a valor presente. Vide nota explicativa nº 15.
- (c) Refere-se a direito de outorga incorporado proveniente da incorporação da parcela cindida, em junho de 2006, da controladora OHL Brasil Participações em Infraestrutura Ltda.. Em exercícios anteriores essa rubrica era denominada como ágio incorporado. Por entender que na essência esse montante é relativo a direito de outorga, em 2009, a Administração da Sociedade mudou a nomenclatura da rubrica para direito de outorga.

Os ativos intangíveis são amortizados com base na curva de tráfego projetada, dentro do prazo da concessão.

10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Estão representados por:

<u>Modalidade</u>	<u>Encargos</u>	<u>31/03/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
<u>Passivo circulante</u>			
Financiamento de Obras			
(a)	TJLP + 3,3% a 5,30% a.a.	4.724	4.505
<u>Passivo não circulante</u>			
Financiamento de Obras			
(a)	TJLP + 3,3% a 5,30% a.a.	8.176	9.286
Total		<u>12.900</u>	<u>13.791</u>

TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo.

CDI - Certificado de Depósito Interbancário.

- (a) Recursos obtidos através do BNDES(Automático) para financiamento de obras. Em 31 de março de 2011, as garantias estão representadas por aval dos acionistas e notas promissórias, o vencimento final é 15 de março de 2015.

Notas Explicativas**11. DEBÊNTURES**

Em 15 de março de 2010 a Sociedade emitiu 406.131 debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 1.000 (um mil reais) cada uma, sendo 286.131 debêntures da 1ª série com prazo de 5 anos e juros de CDI +1,70% a.a. e 120.000 debêntures da 2ª série com prazo de 7 anos, atualizadas monetariamente pelo IPCA e com remuneração de 8% a.a., conforme tabela abaixo:

	Taxas <u>contratuais (%)</u>	Custo <u>efetivo (%) (a)</u>	<u>Vencimentos até</u>	<u>31/03/2011</u>	
				<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
1ª Série	CDI + 1,7% a.a.	0,2662% a.a.	Março/2015	68.955	201.980
2ª Série	IPCA + 8% a.a.	0,1811% a.a.	Março/2017	<u>469</u>	<u>127.674</u>
Total				69.424	329.654
Despesas de emissão (a)				<u>(911)</u>	<u>(1.834)</u>
Total				<u>68.513</u>	<u>327.820</u>

	Taxas <u>contratuais (%)</u>	Custo <u>efetivo (%) (a)</u>	<u>Vencimentos até</u>	<u>31/12/2010</u>	
				<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
1ª Série	CDI + 1,7% a.a.	0,2662% a.a.	Março/2015	68.933	218.810
2ª Série	IPCA + 8% a.a.	0,1811% a.a.	Março/2017	<u>7.940</u>	<u>124.774</u>
Total				76.873	343.584
Despesas de emissão (a)				<u>(954)</u>	<u>(2.044)</u>
Total				<u>75.919</u>	<u>341.540</u>

CDI - Certificado de Depósito Interbancário.

IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

- a) As despesas incorridas na emissão das debêntures nos montantes de R\$ 2.417 e R\$ 1.296 para a 1ª e a 2ª séries, respectivamente, estão sendo amortizadas pelo período de vigência das debêntures.

As debêntures foram subscritas pelo seu valor nominal unitário acrescido, da remuneração incidente entre a data de emissão e a data da efetiva integralização, conforme descrito abaixo:

	<u>Data emissão</u>	<u>Valor nominal</u>	<u>Data integralização</u>	<u>Valor subscrito</u>
1ª Série	15/03/2010	286.131	26/04/2010	289.313
2ª Série	15/03/2010	<u>120.000</u>	27/04/2010	<u>121.899</u>
Total		<u>406.131</u>		<u>411.212</u>

Notas Explicativas

A remuneração das debêntures da 1ª série é paga trimestralmente todo dia 15 dos meses de março, junho, setembro e dezembro e será amortizada trimestralmente a partir de 15 de março de 2011. A remuneração das debêntures da 2ª série será paga anualmente todo dia 15 do mês de março, e será amortizada anualmente a partir de 15 de março de 2015. Em 31 de março de 2011, as parcelas relativas ao saldo de longo prazo das duas emissões apresentavam a seguinte composição:

Ano de vencimento

2012	50.259
2013	67.012
2014	67.012
2015	59.015
2016	42.261
2017	<u>42.261</u>
Totais	<u>327.820</u>

As debêntures da 1ª e 2ª emissão contêm cláusulas restritivas que implicam em vencimento antecipado e requerem o cumprimento de determinados índices financeiros conforme divulgado na seção “*Informações Relativas à Oferta - Vencimento Antecipado do Prospecto Definitivo de Distribuição Pública*”, arquivado junto a CVM.

Em 31 de março de 2011, a Sociedade não apresenta desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas nas debêntures.

As debêntures são garantidas por:

1. Penhor de 99,99% das ações de emissão da Emissora. O percentual de penhor será reduzido conforme as debêntures forem sendo amortizadas.
2. Cessão Fiduciária de 80% dos Direitos Creditórios Decorrentes da Exploração das Praças de Pedágio. O percentual da cessão será reduzido na medida em que as debêntures forem amortizadas.
3. Cessão Fiduciária de 100% dos Direitos Creditórios de Indenização.
4. Todas as cotas de emissão do Fundo de Investimento em Cotas de Fundo de Investimento (Sinking Fund), conforme descrito abaixo:

Aplicações Financeiras Vinculadas (Sinking Fund): Como garantia ao fiel e total cumprimento das obrigações assumidas, a Sociedade vem retendo/depositando diariamente parte de seus recebíveis para fazer frente ao pagamento dos juros trimestrais e das parcelas de principal das debêntures da 1ª série e dos juros anuais da 2ª série, para que ao final de cada período de juros ou de amortização de principal o valor referente ao pagamento já esteja constituído. Esses recursos são mantidos em Fundo de Investimento constituído especificamente para esta finalidade. Em 31 de dezembro de 2010, o valor desta aplicação é representado por:

Ativo circulante	9.433
Ativo não circulante	52

Notas Explicativas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2010 essas aplicações eram remuneradas entre 100,0% e 100,1% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

12. OBRIGAÇÕES FISCAIS

Estão representadas por:

	<u>31/03/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Imposto de renda	3.138	4.314
Contribuição social	1.628	2.035
IRRF	36	12
PIS	138	143
COFINS	636	658
Outros tributos federais	170	192
ISS	<u>1.110</u>	<u>1.086</u>
Total	<u>6.856</u>	<u>8.440</u>

13. CAUÇÕES CONTRATUAIS

Referem-se a 5% do valor das notas fiscais relativas à prestação de serviços por empreiteiras, que será pago após o término e a aprovação da obra pela Administração da Sociedade. Os saldos em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010 estavam representados respectivamente por R\$ 873, R\$ 800.

14. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com a controladora e partes relacionadas são relativas a contrato de serviços de construção, execução de obras, alugueis e mútuo para capital de giro.

Os saldos e transações realizadas no trimestre findo em 31 de março de 2011 e exercício findo em 31 de dezembro de 2010 (saldos patrimoniais), com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

	<u>31/03/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
ATIVO CIRCULANTE		
Transações com partes relacionadas:		
Mútuos - Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. (1)	11.814	10.445
Clientes - partes relacionadas:		
Obrascon Huarte Lain Brasil S.A.	5	5
ATIVO NÃO CIRCULANTE		
Transações com partes relacionadas:		
Mútuos - Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. (1)	45.000	45.000
PASSIVO CIRCULANTE		
Fornecedores com partes relacionadas:		
Obrascon Huarte Lain Brasil S.A.	69	92
Paulista Infra-Estrutura Ltda.	209	200
Latina Manutenção de Rodovias Ltda.	509	84
Latina Sinalização de Rodovias Ltda.	8	39
	<u>795</u>	<u>415</u>
Dividendos propostos:		
Obrascon Huarte Lain Brasil S.A.	11.053	11.053

Notas Explicativas

<u>Resultado</u>	<u>31/03/2011</u>			<u>31/03/2010</u>		
	Serviços prestados em conservação de rotina	Execução de obras	Receita financeira	Serviços prestados em conservação de rotina	Execução de obras	Receita financeira
Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. (1)	-	-	1.611	-	-	1.159
Paulista Infra-Estrutura Ltda. (2)	-	695	-	-	709	-
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (2)	456	1.344	-	317	3.562	-
Latina Sinalização de Rodovias Ltda. (2)	-	88	-	-	124	-
Total	<u>456</u>	<u>2.127</u>	<u>1.611</u>	<u>317</u>	<u>4.395</u>	<u>1.159</u>

- (1) Esse empréstimo teve a finalidade de suprir a necessidade de capital de giro da controladora Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. (OHL Brasil) e é composto de quatro contratos de mútuo, cujas datas de liberação, valores e encargos estão demonstrados a seguir:

<u>Data da liberação</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Encargos</u>	<u>Valor do principal</u>	<u>Saldo devedor em 31/03/2011</u>	<u>Saldo devedor em 31/12/2010</u>
22/08/08	Dezembro/2013	CDI + 1,037% a.a.	20.000	25.530	24.915
18/09/08	Dezembro/2013	CDI + 1,037% a.a.	15.000	18.985	18.528
04/12/08	Dezembro/2013	CDI + 1,037% a.a.	2.000	2.468	2.408
17/12/08	Dezembro/2013	CDI + 1,037% a.a.	<u>8.000</u>	<u>9.831</u>	<u>9.594</u>
Total			<u>45.000</u>	<u>56.814</u>	<u>55.445</u>

Os juros vencerão anualmente a partir de dezembro de 2012. Para os contratos cujo vencimento do principal ocorrer em data diferente do mês de dezembro, os juros incorridos serão recebidos da parte relacionada na mesma data do principal.

- (2) Os saldos e transações, registrados em fornecedores, classificados no passivo circulante e custo dos serviços prestados, respectivamente, são relativos às operações mercantis e referem-se aos serviços prestados em conservação de rotina e execução de obras nas rodovias.

No decorrer dos trimestres findos em 31 de março de 2011 e 2010 a Sociedade pagou o montante de R\$ 154 e R\$ 137 respectivamente, a título de remuneração de seus administradores. Esses valores correspondem basicamente à remuneração dos Conselheiros de Administração e da diretoria e respectivos encargos sociais e estão registrados na rubrica de despesas gerais e administrativas. Esses diretores não recebem renda variável, não obtiveram nem concederam empréstimos à Sociedade e não possuem benefícios indiretos significativos.

A Sociedade concede participação nos lucros e resultados a seus colaboradores. O pagamento dessas participações está vinculado ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. Os valores apurados no final do exercício são apropriados ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para participações nos lucros e resultados - PLR registrados em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010 na rubrica de obrigações sociais é de R\$ 376 e R\$ 750 respectivamente. As metas são como seguem:

- a) Dos participantes:

Os participantes nos resultados da Sociedade são os empregados ou ex-empregados que foram demitidos no período de abrangência deste plano.

Notas Explicativas

Participam os ex-empregados que não foram demitidos por justa causa. No caso de demissão, a participação será proporcional ao tempo trabalhado.

b) Definição dos valores:

São considerados critérios para a definição dos valores a serem pagos, sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. Os critérios são: tempo real trabalhado no período, o absenteísmo, as advertências e as suspensões.

15. CREDORES PELA CONCESSÃO

Refere-se ao saldo do ônus da concessão, o qual é composto pelos valores devidos ao Departamento de Estradas de Rodagem - São Paulo - DER/SP pela outorga da concessão, ajustado a valor presente.

O valor do ônus da concessão será liquidado em 240 parcelas mensais e consecutivas, tendo sido paga a primeira parcela em setembro de 1998 sem considerar a extensão do prazo de concessão comentado na nota 2. O montante é reajustado pelas mesmas fórmulas e nas mesmas datas em que o reajustamento for efetivamente aplicado às tarifas de pedágio, com vencimento no último dia útil de cada mês.

Conforme estabelecido nos contratos de concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas em julho de cada ano com base na variação do IGP-M ocorrida até 31 de maio. Dessa maneira, o montante da obrigação foi determinado conforme segue:

<u>Circulante</u>	<u>Valor presente</u>		<u>Valor nominal (*)</u>	
	<u>31/03/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>31/03/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Direito de outorga	9.264	8.979	9.515	9.203
Parcela variável (a)	<u>628</u>	<u>651</u>	<u>628</u>	<u>651</u>
Total	<u>9.892</u>	<u>9.630</u>	<u>10.143</u>	<u>9.854</u>

(a) A parcela variável correspondente a 3% da receita bruta mensal efetivamente obtida, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente.

<u>Não circulante</u>	<u>Valor presente</u>		<u>Valor nominal (*)</u>	
	<u>31/03/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>31/03/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Direito de outorga	<u>49.153</u>	<u>49.645</u>	<u>59.885</u>	<u>60.835</u>
Total	<u>49.153</u>	<u>49.645</u>	<u>59.885</u>	<u>60.835</u>

(*) Valores inseridos somente como informação adicional.

A quantidade de parcelas a serem pagas em 31 de março de 2011 está assim representada:

	<u>Parcelas</u>		
	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>
Saldo de parcelas	12	74	86

Notas Explicativas

Em 31 de março de 2011, as parcelas relativas ao valor nominal classificadas no longo prazo apresentam os seguintes vencimentos:

Ano de vencimento

2012	9.711
2013	9.711
2014	9.711
Acima de 2015	<u>30.752</u>
Totais	<u>59.885</u>

Os valores pagos pela Sociedade no decorrer dos trimestres findos em 31 de março de 2011 e 2010 ao Poder Concedente estão assim representados:

<u>Valores Pagos</u>	<u>Outorga</u>		
	<u>Fixa</u>	<u>Variável</u>	<u>Total</u>
1º Trimestre de 2011	2.231	1.824	4.055
1º Trimestre de 2010	2.142	1.637	3.779

16. PROVISÕES

16.1. Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

A Sociedade é parte em processos judiciais de naturezas cíveis, trabalhistas e fiscais. Esses processos estão em fase de defesa administrativa ou em trâmite na esfera judicial. A movimentação dos montantes provisionados no trimestre findo em 31 de março de 2011, segundo a natureza dos respectivos processos, é como segue:

	<u>31/12/2010</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>31/03/2011</u>
Cíveis	249	17	(32)	234
Trabalhistas	<u>10</u>	<u>51</u>	<u>(10)</u>	<u>51</u>
Total	<u>259</u>	<u>68</u>	<u>(42)</u>	<u>285</u>

A Sociedade é parte em processos cíveis, trabalhistas e fiscais ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos representam os montantes de R\$ 825, R\$ 562 e R\$ 1.531 respectivamente, em 31 de março de 2011 (R\$ 3.659, R\$ 3.451 e R\$ 1.499 em 31 de dezembro de 2010).

Os depósitos judiciais classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto.

16.2. Provisão para manutenção em rodovias

A contabilização da provisão para manutenção nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto a ser incorrido com manutenção sendo considerados os valores da próxima intervenção, conforme descrito nas notas explicativas nº 3.4 e 5.

Notas Explicativas

A movimentação do saldo da provisão para manutenção durante o trimestre findo em 31 de março de 2011 e exercício findo em 31 de dezembro de 2010 é conforme segue:

<u>Provisões</u>	<u>Circulante</u> <u>Manutenção</u> <u>em rodovias</u>	<u>Não circulante</u> <u>Manutenção</u> <u>em rodovias</u>
Saldo em 31/12/2010	10.582	23.006
Adições	-	7.485
Utilizações	-	(2.819)
Transferências	<u>1.523</u>	<u>(1.523)</u>
Saldo em 31/03/2011	<u>12.105</u>	<u>26.149</u>

Os valores acima estão apresentados em valor presente calculados à taxa de desconto de 5% a.a.. Os saldos de provisão para manutenção em rodovias a valor nominal correspondem a R\$ 43.105 em 31 de março de 2011 e R\$ 37.495 em 31 de dezembro de 2010.

A sociedade no período findo em 31 de março de 2011, efetuou pagamentos referente a manutenções realizadas montante equivalente a R\$ 2.819.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- a) O valor do capital social em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010 é de R\$ 104.798 e estava representado por 101.483.834 ações ordinárias sem valor nominal, conforme demonstrado a seguir:

	<u>31/03/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Obrascon Huarte Lain Brasil S.A.		
Participação Acionária	100%	100%
Quantidade de ações subscritas	101.483.834	101.483.834
Quantidade de ações integralizadas	58.426.322	58.426.322

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembléia Geral.

- b) Reservas de lucros e distribuição de dividendos

Reserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado a reserva para contingências, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembléia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de dividendo obrigatório de no mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

O limite máximo para determinação dos juros sobre o capital próprio é definido com base no patrimônio líquido da Sociedade, usando a taxa de juros a longo prazo - TJLP estabelecida pelo governo brasileiro e, conforme exigência legal, é limitado a 50% do lucro líquido do período ou 50% do saldo de lucros acumulados antes de incluir o lucro líquido do próprio período, o que for maior. Adicionalmente, conforme permitido pela Lei nº 9.249/95, esse

Notas Explicativas

montante que está abaixo do valor apurado com base nos parâmetros definidos por lei, foi considerado como dedutível para fins de imposto de renda.

18. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**a) Caixa e equivalentes de caixa**

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 4.1.

b) Informações suplementares

	<u>1º Trimestre 2011</u>	<u>1º Trimestre 2010</u>
Caixa desembolsado durante os exercícios referentes a:		
Juros	19.483	196
Imposto de renda e contribuição social	7.561	6.094
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:		
Dividendos propostos e não pagos	-	5.854
Fornecedores de imobilizado	1.111	1.130

19. RECEITAS

São representadas por:

	<u>1º Trimestre 2011</u>	<u>1º Trimestre 2010</u>
Receita de serviços prestados	59.521	54.024
Receita de serviços de construção	2.422	9.233
Receitas acessórias	<u>527</u>	<u>520</u>
	<u>62.470</u>	<u>63.777</u>

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração de resultados do exercício é como segue:

	<u>1º Trimestre 2011</u>	<u>1º Trimestre 2010</u>
Receita Bruta	62.470	63.777
Abatimentos sobre receitas de pedágios		
ISSQN	(2.997)	(2.721)
PIS	(396)	(360)
COFINS	<u>(1.825)</u>	<u>(1.659)</u>
Receita líquida	<u>57.252</u>	<u>59.037</u>

Notas Explicativas**20. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA**

Estão representados por:

<u>Custos dos serviços</u>	<u>1º Trimestre 2011</u>	<u>1º Trimestre 2010</u>
Com Pessoal	2.577	2.112
Serviços de terceiros	2.291	2.246
Depreciação / Amortização	7.871	6.511
Custos com Poder Concedente	1.800	1.636
Seguros/Garantias	487	445
Manutenção bens/Conservação	2.520	2.051
Custos dos serviços de construção	2.422	9.233
Serviços de manutenção em rodovias	7.647	4.399
Transportes	382	301
Consumo	388	335
Outros	<u>283</u>	<u>164</u>
Total	<u>28.668</u>	<u>29.433</u>

<u>Despesas administrativas</u>	<u>1º Trimestre 2011</u>	<u>1º Trimestre 2010</u>
Com Pessoal	627	560
Serviços de terceiros	330	416
Depreciação/ Amortização	164	167
Manutenção bens/Conservação	16	24
Transporte	60	49
Consumo	253	312
Outros	<u>660</u>	<u>394</u>
Total	<u>2.110</u>	<u>1.922</u>

21. RESULTADO FINANCEIRO

Está representado por:

	<u>1º Trimestre 2011</u>	<u>1º Trimestre 2010</u>
Receitas financeiras:		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	5.095	896
Rendimentos sobre aplicações financeiras vinculadas	733	-
Rendimentos sobre mútuos	1.611	1.159
Outros	<u>73</u>	<u>-</u>
Total	<u>7.512</u>	<u>2.055</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre operações financeiras	(14.846)	(6.053)
Variação monetária sobre o direito da outorga	(2.050)	(2.243)
Encargos financeiros – reversão de ajuste a valor presente	161	(374)
Outros	<u>(351)</u>	<u>(927)</u>
Total	<u>(17.086)</u>	<u>(9.597)</u>

Notas Explicativas**22. RECONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

A reconciliação entre as alíquotas efetivas e a taxa nominal do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos períodos de três meses findos em 31 de março de 2011 e 2010 é como segue:

	1º Trimestre <u>2011</u>	1º Trimestre <u>2010</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	16.746	20.003
Alíquota vigente	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	(5.694)	(6.801)
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Juros sobre o capital próprio	-	513
Reversão do PPR – Programa de participação nos resultados	209	-
Outros ajustes	<u>(51)</u>	<u>(30)</u>
Despesa contabilizada	<u>(5.536)</u>	<u>(6.319)</u>
Despesas de imposto de renda e contribuição social:		
Correntes	(6.111)	(6.050)
Diferidos	<u>575</u>	<u>(269)</u>
	<u>(5.536)</u>	<u>(6.319)</u>

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS**23.1 Exposição a riscos cambiais**

Em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010, a Sociedade não apresentava saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

23.2 Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP e CDI sobre seus saldos de empréstimos em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são, substancialmente, vinculadas à variação do CDI.

Em 31 de março de 2011 a administração efetuou análise de sensibilidade considerando um aumento de 25% e 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos líquidos das aplicações financeiras:

<u>Indicadores</u>	Cenário I Provável	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+ 50%)
CDI	11,60%	14,50%	17,40%
TJLP	6,00%	7,50%	9,00%
IPCA	6,28%	7,85%	9,42%
Juros a incorrer*	17.979	17.035	17.316

* Refere-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos doze meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Notas Explicativas

23.3 Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Sociedade a concentrações de risco de crédito e, consistem, primariamente, de caixa e bancos, aplicações financeiras, cauções contratuais e contas a receber.

A Sociedade mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha aprovadas pela Administração de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 31 de março de 2011 e em 31 de dezembro de 2010, a Sociedade, apresentava valores a receber da empresa CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. de R\$ 11.007 e R\$ 12.764, respectivamente, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio - “Sem Parar”, registrados na conta “Contas a receber”.

A Sociedade possui uma carta de fiança firmada por instituição financeira classificada como de primeira linha para garantir a arrecadação das contas a receber com a CGMP.

23.4 Valor justo de instrumentos financeiros contabilizados ao custo amortizado

Os instrumentos financeiros mantidos pela Sociedade são registrados ao custo amortizado e se aproximam de seu valor justo, devido aos:

Empréstimos e financiamentos e debêntures, são substancialmente contratados a taxas de juros pós fixadas. Adicionalmente, mesmo tendo taxas de juros pós-fixadas as debêntures foram emitidas ao longo de 2010 e, portanto os valores estão próximos do justo;

Contas a receber e fornecedores: possuem prazo médio de vencimento de 30 dias; e

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras são vinculadas ao CDI.

Uma vez que a natureza, a característica e as condições contratadas estão refletidas nos saldos contábeis. Os saldos elegíveis são ajustados a valor presente quando aplicável. A Sociedade não deteve instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes.

23.5 Gestão do risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. , que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no

Notas Explicativas

encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações.

Tabelas do risco de liquidez e juros:

	Taxa de juros efetiva média ponderada	2011	2012	2013	2014	A partir de 2015	Total
	%						
Debêntures	12%	75.101	102.722	93.732	85.119	165.888	522.562
BNDES Automático	10%	<u>4.387</u>	<u>4.104</u>	<u>2.540</u>	<u>2.434</u>	<u>556</u>	<u>14.021</u>
		<u>79.488</u>	<u>106.826</u>	<u>96.272</u>	<u>87.553</u>	<u>166.444</u>	<u>536.583</u>

24. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas, quando incorridos.

A Sociedade concede participação nos lucros e resultados a seus colaboradores. O pagamento dessas participações está vinculado ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. Os valores apurados no final do exercício são apropriados ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para participações nos lucros e resultados - PLR registrados em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010 na rubrica de obrigações sociais é de R\$ 376 e R\$ 750 respectivamente. As metas são como seguem:

a) Dos participantes:

Os participantes nos resultados da Sociedade são os empregados ou ex-empregados que foram demitidos no período de abrangência deste plano.

Participam os ex-empregados que não foram demitidos por justa causa. No caso de demissão, a participação será proporcional ao tempo trabalhado.

b) Definição dos valores:

São considerados critérios para a definição dos valores a serem pagos, sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. Os critérios são: tempo real trabalhado no período, o absenteísmo, as advertências e as suspensões.

25. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e do pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável. Adicionalmente, a concessionária mantém coberturas de riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as suas atividades, inclusive seguros do tipo “todos os riscos” para os danos materiais, cobrindo perda, destruição ou dano dos bens que integram a concessão, de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza, nas seguintes modalidades: riscos de construção, projetista, maquinário e equipamentos de obra, danos patrimoniais, avaria de máquinas e perda de receitas.

Notas Explicativas

Em 31 de março de 2011, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

<u>Modalidade de seguro</u>	<u>Riscos cobertos</u>	<u>Limites de indenização</u>
Todos os riscos:	Riscos patrimoniais e perdas de receitas	165.000
	Responsabilidade civil - geral	25.211
Seguros-garantia:	Garantia de execução do contrato de concessão	102.700

26 INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A operação da Sociedade consiste na exploração de concessão pública de rodovia, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Sociedade.

27 APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A emissão das informações trimestrais foi autorizada pela Diretoria em 10 de maio de 2011.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da

Centrovias Sistemas Rodoviários S.A.

Itirapina - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias individuais contidas no formulário de Informações Trimestrais - ITR's da Centrovias Sistemas Rodoviários S.A. ("Sociedade"), referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2011, que compreendem o balanço patrimonial, as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), individuais, referente ao trimestre findo em 31 de março de 2011, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo as informações contábeis intermediárias individuais tomadas em conjunto.

Campinas, 10 de maio de 2011

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC nº. 2 SP 011609/O-8

Edgar Jabr

Contador

CRC nº 1 SP 156465/O-9

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Não foi instalado Conselho Fiscal

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Centrovias Sistemas Rodoviários S.A.

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Na qualidade de Diretores da Centrovias Sistemas Rodoviários S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, data de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de março de 2011.

Itirapina, 10 de maio de 2011.

Diretoria:

José Carlos Ferreira de Oliveira Filho

Diretor Presidente

Alessandro Scotoni Levy

Diretor de Relações com Investidores

Paulo Mendes Castro

Diretor Superintendente

Dra. Maria de Castro Michelin

Diretora Jurídica

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Centrovias Sistemas Rodoviários S.A.

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Na qualidade de Diretores da Centrovias Sistemas Rodoviários S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, data de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com o relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao período findo em 31 de março de 2011.

Itirapina, 10 de maio de 2011.

Diretoria:

José Carlos Ferreira de Oliveira Filho

Diretor Presidente

Alessandro Scotoni Levy

Diretor de Relações com Investidores

Paulo Mendes Castro

Diretor Superintendente

Dra. Maria de Castro Michelin

Diretora Jurídica

Motivos de Reapresentação

Versão	Descrição
2	Reapresentação referente a ajuste no relatório dos auditores independentes e ajustes não significativos nas notas explicativas